

Final de século e novos espaços da pobreza. Os morros de Florianópolis *

Luís Fugazzola Pimenta*

Margareth de Castro Afeche Pimenta♦

Palavras-chave: pobreza urbana; Florianópolis; políticas públicas

Resumo

Migrações recentes trazem populações deslocadas do meio rural para os espaços mais altos e íngremes dos morros centrais de Florianópolis. Entrevistas realizadas com estes novos habitantes procuraram caracterizar o perfil populacional, o padrão habitacional, o acesso a serviços e infra-estrutura urbana, a conformação dos novos bairros, assim como a relação permitida com a cidade, constituindo o *Diagnóstico sócio-espacial*, visando elaborar um *Plano Comunitário de Urbanização e de Preservação do Maciço Central de Florianópolis*. A política governamental de inserção submissa aos desígnios do capital financeiro internacional promove a concentração espacial do *agrobusiness*, urbanizando populações sem a correspondente geração de empregos. A cidade torna-se o pior dos mundos. Combina, agora, expulsão do mercado de trabalho e falta de assistência governamental, devido à criação da necessidade e da carência de serviços públicos. Os recém-chegados inserem-se precariamente em empregos cada vez mais temporários e instáveis, dependentes que são da renda declinante das classes médias urbanas. O tempo de instalação prolonga-se sem previsão: a casa inacabada, a escola sem professores, o serviço de saúde adiado e o emprego esperado que não chega. A perversa política governamental de substituição dos direitos à cidadania por medidas assistencialistas faz-se acompanhar de procedimentos municipais de exclusão. Sob o argumento de proteção às áreas de preservação permanente, a Prefeitura de Florianópolis impede novos acessos aos serviços de energia elétrica o que, vindo somar-se à falta de abastecimento de água, torna regressivas as condições de vida nos Morros Centrais. Ao aumento das migrações dos colarinhos brancos e das classes médias metropolitanas, fugindo da criminalidade urbana na década de 90, corresponde o outro lado da realidade: a tendência da exclusão ao absoluto. Talvez, aqui, resida a verdadeira violência urbana, todas as demais podem ser daí decorrentes.

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

* Arquiteto. Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. luisfpimenta@uol.com.br.

♦ Arquiteta. Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. afeche@uol.com.br. Colaboração: Bolsista de Extensão Marina Toneli Siqueira. Apoio Pro-Extensão UFSC

Final de século e novos espaços da pobreza. Os morros de Florianópolis *

Luís Fugazzola Pimenta♣

Margareth de Castro Afeche Pimenta♦

Introdução

Florianópolis conheceu, como as demais cidades brasileiras, fluxos migratórios diferentes, dependentes dos períodos históricos de aplicação de políticas econômicas diversas. Do pós-guerra até a década de 80, a formação da malha urbana promove processos extensivos de periferização, combinados a verticalidades acentuadas nas áreas centrais. Deste ciclo econômico expansivo, os resultados urbanos acomodam-se à lógica especulativa do solo, estabelecendo a primazia dos meios de circulação e a conseqüente fragmentação dos espaços residenciais, condizente com o perfil cultural desenvolvido pelas classes médias e altas de diferenciação e, portanto, de elitização, concentrada em alguns pontos dos espaços urbanos. A razão econômica de mercado encarrega-se de distribuir desigualmente as populações, quando a propriedade da terra, agindo livremente pelas leis do mercado e da estocagem especulativa - sem a contrapartida do papel que deveria ser desempenhado pelo Estado - torna-se um bem propulsor da dispersão, pela elevada gama de diferenciação da renda do solo a ser auferida. Os traços culturais de uma sociedade acostumada à exclusão, substituindo o reconhecimento do direito social por privilégios restritos a pequena parcela da população², reforçam procedimentos separatistas, implicando na própria negação da formação de um espaço urbano coerente e unitário. Por isso, as cidades brasileiras tornam-se ilegíveis e mesquinhas, destituídas de todo o encantamento que poderia advir de espaços verdes e de uso coletivo.

Após a década perdida e a aplicação das políticas neoliberais dos últimos anos, sobrepõem-se à herança discricionária novas demandas de populações que, excluídas do meio rural, buscam habitar o espaço da cidade. Esses novos habitantes deparam-se, agora, com problemas de outra natureza, pela falta de correspondência entre suas expectativas e a geração da renda urbana, agora declinante, quer seja a partir da retração das atividades econômicas ou indiretamente, pela

* Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 20- 24 de Setembro de 2004.

* Arquiteto. Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. luisfpimenta@uol.com.br.

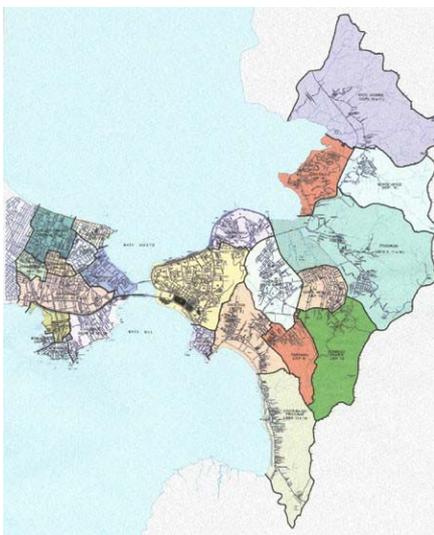
♦ Arquiteta. Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. afeche@uol.com.br . Colaboração: Bolsista de Extensão Marina Toneli Siqueira. Apoio Pro-Extensão UFSC

² . O Brasil acaba de reconhecer na ONU que ‘ persistem no país "situações análogas à escravidão que afetam 25 mil pessoas" em idade adulta, segundo depoimento do embaixador Tadeu Valadares no Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial, das Nações Unidas.’ Folha de São Paulo, 9 de março de 2004. No Brasil, há 20 milhões de analfabetos, apesar da Constituição de 1988 reconhecer o direito à educação.

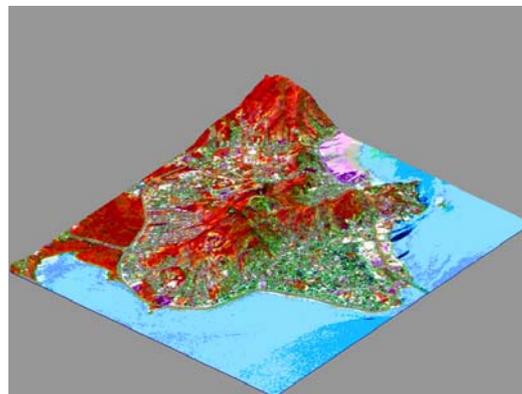
redução da oferta de empregos informais, que eram decorrentes, em sua maioria, do poder aquisitivo das classes médias urbanas.

Cada ciclo migratório apresenta, assim, características particulares e deve ser tratado de maneira diferenciada, compreendendo-se as mudanças estruturais e os fatores conjunturais que alteram, sobremaneira, a conformação urbana e as condições de vida na cidade. O trabalho ora apresentado tem como objetivo, então, compreender os novos dados da realidade urbana de Florianópolis, principalmente, a pobreza urbana decorrente do acréscimo migratório recente que deve ser compreendido nas atuais condições impostas pelas políticas econômicas do governo federal. Pretende analisar, também, de que forma as intervenções municipais colocam-se em relação à organização do espaço da cidade e ao reconhecimento de seus habitantes. Tendo como ponto de partida a solicitação, feita pelo Fórum do Maciço Central de Florianópolis – entidade que reúne todas as associações do local –, para a elaboração de um *Plano Comunitário de Urbanização e de Preservação do Maciço Central de Florianópolis*, um dos trabalhos realizados constituiu-se num *Diagnóstico Sócio-Espacial do Maciço Central de Florianópolis*, cuja etapa inicial propôs-se a conhecer as novas áreas de ocupação dos Morros Centrais de Florianópolis e sua população.

A década de 90 viu serem ocupadas as áreas mais íngremes e mais vulneráveis dos morros que separam a área central da Ilha de Santa Catarina dos novos bairros residenciais de classe média. Coincidente, de forma relativa, com o centro geográfico, a área histórica da cidade localiza-se na ponta de ligação continental desta ilha alongada em aproximadamente 70 km norte-sul, com pequena inclinação noroeste-sudeste, mas estreita em sua largura leste-oeste.



Ligação ilha (à direita) –continente
Fonte:IPUF



Ponta central e os bairros residenciais separados pelo Maciço Central. Fonte: Prof. Joel Pellerin, CFH-UFSC

Tendo a ponta leste de ligação continental, cercada pela cadeia de morros da área central, a ocupação fica obrigada a escorrer lindeira à orla marítima para as baías norte e sul e, sobretudo, para os bairros “trás-os morros”, aonde vêm se localizar a Universidade Federal de Santa Catarina e diversas empresas estatais, dando novo impulso ao desenvolvimento urbano local. Assim, o Maciço, de limite do centro histórico, passa a ser central, e local privilegiado em termos de acessibilidade à rede de transportes e aos serviços urbanos. Pela exuberância de sua paisagem

e sua localização privilegiada, o Maciço constitui hoje ponto de disputa latente entre população instalada em áreas de preservação e os interesses de desenvolvimento turístico futuro. Grandes áreas em pousio, aguardando projetos futuros, convivem com as ocupações irregulares, algumas em áreas de risco. Seja qual for, a solução ocupacional faz-se premente, pois o tempo conspira a favor da inevitabilidade de processos consolidados.

Diagnóstico Sócio-Espacial e Plano Comunitário de Urbanização e de Preservação do Maciço Central de Florianópolis.

O *Diagnóstico Sócio-Espacial do Maciço Central de Florianópolis* faz parte do *Plano Comunitário de Urbanização e de Preservação do Maciço Central de Florianópolis*, que vem sendo elaborado a partir da solicitação realizada pelo Fórum do Maciço Central de Florianópolis – entidade que reúne associações de moradores do local, escolas e associações culturais. O grupo de trabalho, constituído para este fim, reúne membros do Núcleo *Cidadhis (Núcleo de História, Cultura e Desenho da Cidade)*, responsável por este diagnóstico e pelos estudos urbanos realizados, e pelo *LAAM (Laboratório de Análise Ambiental)*, na tentativa de combinar o plano de ocupação à preservação ambiental. espacial da área, como parte de um trabalho mais geral. Objetiva-se, desta forma, consolidar algumas áreas de ocupação importantes para a identidade comunitária, mas também, impedir a ocupação e permanência em áreas de risco, ou seja, o estabelecimento de normas e limites ao processo de uso e adensamento do solo. A ocupação intensiva e desordenada conspira contra as condições de vida no local, quer seja pelo elevado adensamento da área – inibindo os espaços coletivos e as áreas livres -, quer seja pela precariedade das instalações locais e residenciais. Neste sentido, deve-se atentar para a delimitação de áreas de preservação e de uso público, fundamental para a garantia da qualidade ambiental e do exercício da vida urbana.

Como projeto de extensão universitária, diferentemente de outros processos de planejamento, não se trata somente da realização de um Plano Diretor, estabelecendo diretrizes de ocupação para a área. Neste caso, o processo adquire uma importância comparável aos resultados a serem obtidos. Assim, o trabalho se estrutura em dois tempos, combinando procedimentos imediatos com as perspectivas de longo prazo. Conhecer uma realidade diferente e, neste caso, submetida a um enorme processo de segregação implica em participar da vida interna da comunidade, no sentido de tentar reconhecer seus códigos e valores. A participação nos eventos populares e em trabalhos com os alunos da Escola Básica Lúcia do Livramento Mayvorme (única no Morro) representam um passo importante tanto para a compreensão da realidade estudada como para a viabilização das proposições a serem efetuadas a partir deste trabalho. Trabalhos de representação gráfica sobre a realidade local e, também, de educação ambiental a partir da expressão artística, realizados pelos estudantes do Maciço com a participação de bolsistas e estudantes do Curso de Arquitetura e Urbanismo fazem parte do processo de conhecimento e de integração entre Universidade e Comunidade.

Com a participação dos alunos da Escola Básica Lúcia Livramento Mayvorme e do curso de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, foram percorridas as casas do Alto da Caieira para a realização do *Diagnóstico sócio-espacial do Maciço Central de Florianópolis*, procurando-se entender as características sócio-econômicas da população local, assim como o processo de ocupação do Morro, as condições do bairro e das moradias e integração da comunidade na vida

urbana florianopolitana. A metodologia adotada baseou-se inicialmente num questionário semi-fechado, recolhendo-se uma amostragem dos habitantes locais. Posteriormente, procurou-se, a partir de um questionário bastante detalhado, alcançar-se a quase totalidade dos moradores locais, objetivo de difícil realização, tendo em vista a mobilidade das populações das áreas mais recentes. Novos barracos despontam rapidamente no morro; principalmente, nos seus espaços de expansão, objeto desta pesquisa. O detalhamento do questionário propunha-se a reduzir a margem de interpretação dos entrevistadores (estudantes da Escola Básica e do Curso de Arquitetura e Urbanismo, que foram treinados para este fim) e facilitar a análise posterior dos dados.

Nessa pesquisa, realizou-se uma caracterização detalhada de população (origem, emprego, escolaridade, salário...), a história da trajetória familiar e o processo de ocupação da área, as condições habitacionais, além das relações estabelecidas pela comunidade com o bairro e a cidade. Toda a pesquisa foi realizada em conjunto com a sociedade local desde a captação dos dados à interpretação final dos resultados. A tabulação e a interpretação dos dados ficaram por conta dos pesquisadores envolvidos, mas as discussões retornam às reuniões comunitárias para serem reinterpretadas. Considerando-se os resultados numéricos vulneráveis a interpretações diversas, procurou-se complementar a análise com entrevistas realizadas com antigos residentes, presidentes de associações políticas e culturais (associações de bairro, escola de samba...), escolas, mas, sobretudo, estabelecendo laços com as populações locais por um período de, pelo menos, três anos. Assim, os dados numéricos obtidos ficam enriquecidos e sua interpretação, muitas vezes, parece contraditória, frente a novos elementos imateriais e imperceptíveis que ficam ausentes na captação objetiva dos questionários, conforme será mostrado no decorrer deste trabalho.

Devido às particularidades do local e o respeito à população residente, o plano a ser elaborado pretende levar em conta as características culturais da população, seus desejos e suas formas. Combinando desenvolvimento teórico e alternativas para a área, pretende-se inserir a população no processo decisório e na construção das condições de vida comunitária, ajudando a compreender, a compor e a projetar o espaço da vida cotidiana associativa. O desafio consiste na tentativa de adaptação de um conhecimento erudito universalmente acumulado às particularidades da comunidade local. A proposta deste trabalho é realizar diversos diagnósticos parciais, coincidentes com áreas de atuação das associações locais, desenvolvendo, assim, um trabalho conjunto de análise da área onde vivem. Ao trabalho de sistematização detalhada dos dados ora parcialmente apresentado, estão sendo adicionados, resultados de pesquisa por amostragem em outros pontos do Maciço, complementados por dados do último Censo do IBGE que estão sendo analisados. A concepção de Plano Diretor aqui presente distingue-se da organização segregada e funcional de atividades e baseia-se, sobretudo, na intenção de dotar os assentamentos de baixa renda de espaços de convívio e de interação, além dos serviços públicos essenciais à dignidade comunitária.

Os novos moradores do Maciço Central de Florianópolis.

Conhecendo-se, anteriormente, os processos de ocupação do Maciço Central como um todo, optou-se, em detectar os processos mais recentes de ocupação. O Alto da Caieira constitui-se em área privilegiada, porque dotada de uma centralidade acentuada. O Maciço Central começa seu processo de ocupação no início do século passado, recebendo escravos libertos que, destituídos

de bens materiais, vêm habitar as terras virgens dos morros centrais. Movimento posterior de segregação, decorrente da renovação da área central promovida pelo urbanismo sanitário, reforça a característica prematura de localização da pobreza nos morros voltados à área central. (MÜLLER,2002) As populações penetram, posteriormente, através de diversas frentes de ocupação que avançam perpendiculares às curvas de nível, partindo das vias circundantes principais próximas às cotas zero em direção ao topo, com um eixo central de penetração de onde partem pequenos acessos. Esse sistema de ocupação forma bairros estanques e desarticulados, tanto na área central quanto do outro lado dos morros, nas áreas residenciais. Somente o Alto da Caieira faz a conexão - ainda de forma precária - entre a área central, a baía sul e os bairros residenciais, o que o transforma em área de grande interesse especulativo e, por isso, local de tensão entre população local, investimentos empresariais e políticas públicas.

Área de migração recente, o Alto da Caieira recebe, principalmente, população do interior do Estado de Santa Catarina (67,74%), partindo, em sua maioria, do Planalto e do Oeste Catarinenses, regiões onde predominam a criação de gado e o sistema integrado da agroindústria frigorífica (aves, principalmente), caracterizadas por um acentuado processo migratório na última década. A crise industrial do Vale do Itajaí e a própria pobreza interna na Grande Florianópolis foram, também, responsáveis pelo traslado das populações para o Morro. Os demais Estados do Sul completam a quase totalidade do fluxo migratório que veio povoar o Alto da Caieira. Somente 4,30% dos habitantes vieram de outros Estados

Vieram a Florianópolis estabelecendo-se na área central, no Morro do Maciço Central, em busca de melhores oportunidades de emprego (54,95%). Considerando-se justiça, acesso à moradia (assegurada pela casa própria) e assistência médica, 16,89% selecionaram como prioritária a busca de melhores condições de vida.

A presença de parentes ou conhecidos próximos foi assinalada por alguns (20,884%) como motivo da mudança para Florianópolis. No entanto, a presença de parentes no Morro, ocorrendo em 84,95% dos casos, parece ter sido menos decisiva na resolução da mudança do que na escolha do local. As causas de expulsão do lugar de origem em busca de trabalho e qualidade de vida, sobretudo no que se refere aos serviços urbanos foram determinantes para a decisão da mudança. O lugar ser o Morro da Cruz no Maciço Central parece ter sido definido, este sim, pela presença de conhecidos no local. Parentes e amigos agem, assim, como propagandistas da vida florianopolitana.

Grande parte dos moradores migrou para Florianópolis na última década (70,97%), com ligeira concentração no início da década (38,71%). É pequena a porcentagem de pessoas que está em Florianópolis há menos de 1 ano (12,90%) ou mesmo há menos de 2 anos (16,12%). Quase um terço da população migrou antes da última década, sendo que 20,43% estão em Florianópolis há menos de 20 anos e somente 8,60% estão na cidade há mais de 20 anos. Existe uma coincidência entre a porcentagem de migração para a cidade e para o Morro, o que indica que houve migração direta na última década (em torno de 71% dos moradores do Alto da Caieira). Dos moradores mais antigos, a porcentagem que morou em outra área da cidade antes de vir ao Morro é pequena e foi por tempo bastante limitado

Existe, no entanto, em todo Maciço a convivência entre ocupação antiga e expansão recente. Apesar de se constituir em área inóspita de difícil acesso, existem moradores antigos que viviam isolados no Alto do Morro: 20,43% mudaram-se para o Alto da Caieira na década de 80, e 8,60% dos moradores estão lá há mais de 20 anos, quando Florianópolis contava com praticamente a

metade dos habitantes atuais (187.871 habitantes em 1980), ou seja, quase 30% dos habitantes já residiam no Morro, antes mesmo do boom da última década. As partes mais elevadas e próximas ao centro urbano contam com grande porcentagem de ocupação recente.

A população do Alto da Caieira constitui-se por famílias de migrantes que possuem filhos em idade escolar (30,11%) e pré-escolar (20,97%), o que deveria tornar o ensino uma preocupação fundamental das autoridades municipais e estaduais. Os problemas das grandes cidades, em grande medida decorrentes da falta de emprego, mas também da precariedade dos serviços urbanos deixam os jovens e crianças sem perspectivas futuras, tornando-os suscetíveis às facilidades geradas pelo tráfico de drogas e pela criminalidade.

A falta de creches e o descaso com o ensino são características marcantes em áreas ocupadas por populações carentes. Das crianças em idade pré-escolar 82,05% não frequentam creches, maternas ou pré-primários, o que dificulta a possibilidade do trabalho feminino. Entre os menores de 7 anos, 2,56% estão em creches, 10,26% em pré-escolar e 5,13% já fazem a 1ª série. A desigualdade de formação entre os menores carentes e os filhos da classe média começa já na mais tenra idade, pois as oportunidades são desiguais. O acesso a jogos e estímulos inicia-se mais tarde entre aqueles que dependem da rede pública.

Entre os jovens e crianças em idade escolar, uma grande porcentagem frequenta a escola (68,75%). No entanto, como o ensino nesse caso é obrigatório, pode-se considerar elevada a porcentagem excluída. Dos que estão em idade escolar, a maior parte está no primeiro grau, sendo que 62,03% deles estão no primeiro ciclo do 1º grau (entre o 1º e o 4º ano) e 31,65% no final do 1º grau. Com poucas exceções, os que estudam têm a idade condizente com o ano escolar. No 1º grau-I, 83,67% dos alunos têm entre 6 e 11 anos e somente 16,33% têm entre 11 a 15 anos. O mesmo acontece com o 1º grau-II, que repete, praticamente, os mesmos índices. A política instituída de aprovação automática dos estudantes contribui, certamente, para esses índices bastante generosos. O baixo nível de aprovação em vestibular, conseguido pelas escolas públicas, põe em sentido contrário.

A escolaridade dos adultos é surpreendentemente baixa. Um terço dos moradores não completou a 1ª fase do 1º grau e 13,29% concluiu somente essa fase. Uma porcentagem significativa avançou para a 2ª fase (27,17%), mas não conseguiu terminá-la, o que resulta em 70,52% da população que possuem no máximo o 1º grau completo. Não tiveram nenhum estudo 8,09% dos residentes no Maciço. Apesar desses dados, somente 0,58% dos moradores está cursando o supletivo. As dificuldades de acesso à educação no lugar de origem desses migrantes, na sua maior parte, oriundos de áreas rurais, certamente contribuiu para esses índices de escolaridade.

Emprego precário e temporário, salários irrisórios.

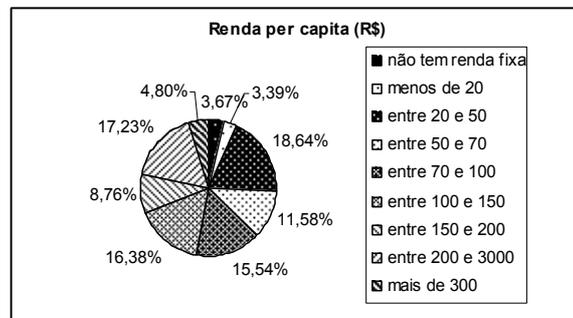
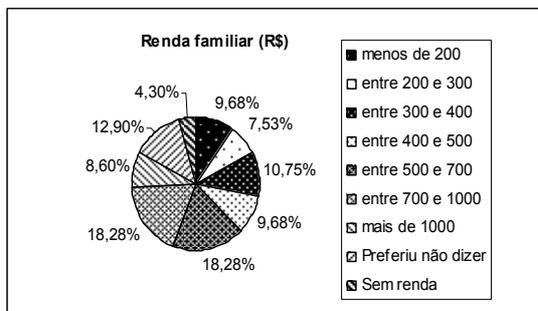
A construção civil é a grande empregadora da mão-de-obra masculina (pedreiro, servente, eletricitista, carpinteiros), enquanto é no emprego doméstico que as mulheres encontram ocupação (empregadas domésticas, faxineiras, cozinheiras...). Além da atividade comercial (balconistas, comerciantes...) e do emprego em instituições públicas (servidores) ou privadas verifica-se a existência do trabalho autônomo (pequenos serviços ou técnicos). A porcentagem de mulheres que não trabalha fora de casa ainda é bastante significativa (18,06%).

A mão-de-obra qualificada é pequena, considerando-se os técnicos (6,25%) e autônomos (2,78%). Parte dos servidores que somam 4,17% do total da população, também pode exercer algum tipo de serviço qualificado. No mais, os empregos são, em geral, mal remunerados e instáveis, sendo que somente 46,53% possuem carteira assinada. Um terço da população entrevistada encontra-se desempregada (30,56%), 20,83% possuem emprego temporário e 2,08% são autônomos.

O nível salarial dos empregos na construção civil, em residências familiares ou mesmo como servidores e autônomos não permite a inclusão social, a partir do acesso à propriedade do solo urbano legalizado, obrigando à criação de um mercado de terras paralelo. Apesar de possuírem a inserção empregatícia com carteira assinada, ou mesmo trabalho temporário ou autônomo, isso não permite a possibilidade de integração regular ao espaço da cidade.

A variedade de situações contempla desde empregos bastante recentes (menos de 6 meses) até situações de muito tempo da permanência – muitos estão acima de 5 anos e outros atingem mais de 20 anos no emprego. São, no entanto, os empregos mais comuns (construção civil e comércio) aqueles que apresentam o maior número de pessoas empregadas há menos de 6 meses. No emprego doméstico é grande a porcentagem de pessoas empregadas recentemente, apesar de quase a metade manter seu emprego há mais de 5 anos.

Como exigência da inserção empregatícia, grande parte da população em idade adulta e apta a votar possui tanto título eleitoral quanto a carteira de identidade (81,28%). Para aqueles que só possuem um dos dois documentos, há prioridade da carteira de identidade (8,22%) sobre o título eleitoral (0,91%). Não possuem documentação somente 7,31% dos moradores e é desconhecida a situação de 2,28% dos habitantes do Alto da Caieira. Entre os menores de 16 anos, alguns (11,76%) já possuem carteira de identidade.



Uma primeira avaliação da renda familiar mostra que 9,68% dos entrevistados que responderam recebem até R\$ 200 mensais, ou seja, tem menos que um salário mínimo como renda familiar. Abaixo de R\$ 500,00 mensais por família encontram-se 37,64% da população residente. Se considerarmos o cálculo do DIEESE que aproxima o salário mínimo necessário um pouco acima de R\$ 1000,00, nota-se que 74,2% da população não atingem este patamar. Somente 8,60% recebem mais de R\$ 1000,00 mensais por família, sendo que 12,90% dos entrevistados preferiram não declarar a renda e 4,30% não dispunham de renda alguma naquele momento.

Como as famílias são, em geral, numerosas, a renda per capita passa a ser insignificante. Quase 50% da população vivem com menos de R\$ 100,00 por pessoa, sendo que destes, 22% dispõem

de menos de R\$ 50,00 para a totalidade dos gastos pessoais, considerando-se o total dos entrevistados. Se forem retirados os que não declararam renda, este percentual sobe para 51,02% que vivem com menos de R\$ 100,00 e 22,87% com menos de R\$ 50,00. Somente 4,8% dos entrevistados podem despende mais de R\$ 300,00 mensais por pessoa. Acima de R\$ 200,00, encontram-se somente 22,03% da população residente, apesar de mais de um membro da família contribuir para a renda familiar e, conseqüentemente, para a renda *per capita*. Apesar de empregados, a desigualdade social brasileira não permite que recebam o mínimo indispensável para a participação na vida social.

A década de 90 foi responsável pelo aumento da pobreza urbana. Às migrações rurais somam-se processos de instabilidade e de falta do emprego urbano, agravando a situação de exclusão estrutural dos países do Terceiro Mundo. A migração recente do Alto da Caieira reflete esse processo, atraindo uma população empobrecida e muito pouco qualificada para trabalhos urbanos em busca de melhores condições de vida, sobrevivendo com empregos precários e salários aviltantes.

Habitação no alto dos morros.

O alto dos morros da área central de Florianópolis viu sua ocupação multiplicar-se exponencialmente na última década, em virtude do aumento da migração de setores empobrecidos da população para a capital. O complexo de áreas do Morro da Cruz tem sido uma das alternativas encontradas pela população de baixa renda, como estratégia de viabilizar sua permanência na cidade. Não dispondo de recursos suficientes para entrar no setor habitacional regularizado, quer pela aquisição, construção ou aluguel, são obrigados a procurar áreas residuais do espaço urbano, com custo comparativamente baixo de acesso à terra, quer se trate de ocupação direta, ou aquisição de ocupantes anteriores. De posse de um pequeno espaço, ainda que irregular do ponto de vista das legislações urbanísticas, viabilizam seu estar no espaço da cidade através da construção de moradia, que por muitos anos permanecerá precária, melhorando, na maioria das vezes lentamente, com a evolução da renda obtida pela família pela sua inserção no mercado de trabalho urbano.

As características sócio-econômicas das ocupações, aliadas às estratégias que a necessidade impõe aos moradores, produzem assentamentos habitacionais que, nos seus traços gerais, compõem um setor urbano com uma paisagem que reflete a própria lógica decorrente da via encontrada para localizar-se na cidade.

Uma série de características decorre destes fatores, compondo os traços mais marcantes destes espaços. As residências são próprias, unifamiliares e isoladas em pequenos lotes na esmagadora maioria dos casos. Os limites de cada lote são nitidamente estabelecidos por marcações claras. As habitações são produzidas através de autoconstrução, na medida das pequenas poupanças familiares, e levam muito tempo sendo construídas, ampliadas e melhoradas. Passam-se muitos anos para que as habitações tenham formas mais definitivas, permanecendo muitas vezes inacabadas. A paisagem adquire contornos de uma precariedade e provisoriade muito grandes, tanto pelos aspectos construtivos, quanto pelas características mais gerais da implantação, dos arruamentos e dos parques serviços disponíveis.

As casas são, na grande maioria dos casos, utilizadas apenas para as funções de habitação (87,10%), não conjugando o seu uso com qualquer atividade geradora de renda. Apenas em 12,90% dos domicílios utilizam alguma parte da edificação para realização de alguma atividade para obtenção de renda.



Habitações unifamiliares, precárias ou inacabadas, mas localizadas próximas ao centro histórico.

A grande maioria dos moradores construiu sua própria casa, comprando material de construção. O tamanho das casas é pequeno, refletindo as condições econômicas da população, a reduzida capacidade de acumular uma poupança para investir no imóvel e as próprias condições de produção da habitação. Quando analisamos a distribuição de área por pessoa em cada domicílio, fica clara a falta de espaço nas casas para abrigar, em condições mínimas, as famílias. Mais de um quarto das habitações dispõem de, no máximo, 5 m.² por morador, o que se constitui em condições absolutamente aviltantes de alojamento. Se tomarmos como parâmetro um número superior a 10 m.² por morador, o que ainda colocaria estas edificações “abaixo das superfícies mínimas reconhecidas como necessárias para preservar, ainda que um pouco, a autonomia de cada membro da família” (FLAMAND, 1989, 301), encontraremos apenas 25% das casas nesta categoria.

As precárias condições de higiene e conforto oferecidas pelas edificações, dificultando enormemente a vida das famílias, são expressas pelo percentual muito elevado de casas com banheiro externo, que chegam a 62,37%. O banheiro externo é a primeira forma adotada na fase inicial da construção, constituindo-se de uma casinha de madeira, separada do corpo da casa, em geral situada nos fundos do terreno. A passagem do banheiro para o corpo da construção é um dos planos de todas as famílias, pelo que significa em termos de condições mínimas de conforto, higiene e saúde, sobretudo nos períodos de temperaturas mais baixas, frequentes em Florianópolis.

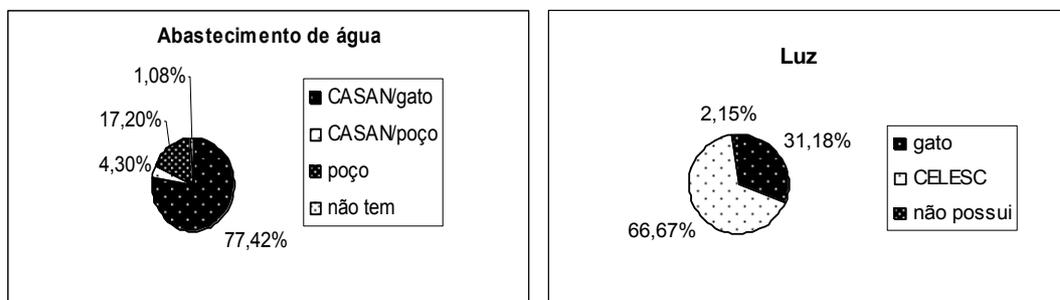
As casas evoluem com o tempo, passando de um precário módulo em madeira que vai sendo acrescido de outros cômodos. As funções, inicialmente agrupadas, vão se desdobrando com os sucessivos acréscimos. O banheiro, em geral, constitui uma das últimas etapas a ser realizada, devido ao elevado custo construtivo. O porão aberto acaba recebendo a lavanderia. A construção gradativa, dependente da acumulação familiar, pressupõe a disponibilidade de terrenos. Tanto o

parcelamento desmesurado do solo quanto políticas municipais de construções em lotes muito pequenos (como é o caso de Florianópolis) acabam por impedir esse processo de melhoria habitacional.

As condições topográficas das áreas ocupadas pelas populações de baixa renda nos morros do Maciço Central de Florianópolis, de elevadas declividades, conduz à implantação das casas ser alternada entre duas formas básicas: 1. Casas diretamente apoiadas sobre o terreno, ou sobre pequenos pilaretes, ou conjuntos de elementos de suspensão variados, para compensar as declividades pequenas. Este tipo de implantação mais assentada sobre o solo não vem a ser garantia de boa estabilidade, pois os cortes e os aterros tornam os terrenos instáveis quando encharcados pelas chuvas e enxurradas; 2. A implantação das edificações é feita através da sua suspensão por pilares, compensando a alta declividade do terreno, geralmente com estruturas precárias de apoio, apresentando elevado risco de desestabilização. As fortes chuvas sazonais podem ocasionar danos de deslizamentos de solo, o que acrescido à baixa qualidade das estruturas coloca em risco todo o processo de ocupação da área e de sua vizinhança.

Infra-estrutura urbana: precariedade agravada pelas políticas públicas.

A falta de infra-estrutura urbana coloca sérios problemas para a higiene e a saúde da população local. Não existe rede pública de abastecimento de água nem de sistema de esgoto. A Prefeitura atual adotou como estratégia forçar a expulsão da população no que delimitou de Área de Preservação Permanente, conseguindo o impedir legalmente as concessionárias de serviços públicos de instalarem água e luz para os novos moradores. Assim, às carências provocadas pela precária inserção ou exclusão do sistema produtivo soma-se um empobrecimento adicional decorrente da impossibilidade de aceder aos serviços urbanos.



A água da CASAN chega para a RBS (retransmissora regional da Rede Globo de televisão), mas não para as populações carentes apesar de estarem em cotas inferiores. Os moradores têm que improvisar canos de desvio da água da RBS, conhecidos por “gatos”, que abastecem 77,42% da população entrevistada. Desta forma, confirma-se o fato de que 89,29% das casas não possuem medidor de água. Aqueles que nem mesmo podem ter acesso aos “gatos”, devido, principalmente, à distância em relação às mangueiras, furam seus poços (17,20%). Um sistema duplo poço e “gato” d’água ocorre em poucos casos, devido ao custo de perfuração, mas pode diminuir os prejuízos causados pelos cortes ocorridos no abastecimento irregular. A água corre intermitentemente e, não raras vezes, é cortada, quando existe ameaça de diminuição no fornecimento. Quem pode adquirir uma caixa d’água fica, então, em posição privilegiada, pois pode ainda estocar um pouco para superar a falta de abastecimento. Algumas tentativas de corte

de água, no sentido de promover a expulsão dos moradores foram realizadas sem sucesso, devido à forte reação suscitada e à perspectiva de repercussão na popularidade governamental. A reclamação de alguns moradores entrevistados é a constante falta de água que ocorre devido à falta de um sistema de abastecimento de água legalizado.

Para os moradores novos fica interdito o acesso à iluminação doméstica. Para promover a expulsão dos moradores das áreas consideradas de Preservação Permanente pelo Plano Diretor, foi feito um acordo entre a fornecedora e Prefeitura, impedindo a instalação de energia para os novos moradores. (PIMENTA & PIMENTA, 2002b). Os antigos habitantes já possuíam o direito adquirido (66,67%). A maneira de superar a falta de energia foi encontrada na solidariedade local, com o alongamento da instalação para as casas excluídas do sistema legal (31,18%). Somente alguns moradores (2,15%) não possuem qualquer serviço elétrico, seja por ainda não se relacionar com a vizinhança, pela expectativa de curta estadia ou pela dificuldade de localização.

A quase totalidade das moradias tabuladas possui, assim, o abastecimento de energia elétrica. Entretanto, nem todas possuem medidor de luz. Muitos moradores, principalmente os da “rua de baixo”, reclamaram deste fato por estarem em condições ilegais e serem obrigados a “puxar” a energia das casas vizinhas.

Os serviços de telefonia, uma vez privatizados e entrando na lógica mercantil, oferecem-se à expansão do mercado. No entanto, ao acesso fácil de um telefone, não corresponde uma demanda solvável, já que a população pode adquirir o aparelho, mas não consegue pagar os custos das ligações. A telefonia fixa consegue, assim, oferecendo um preço um pouco mais baixo das tarifas, uma maior adesão (45,16%). Algumas profissões, principalmente relacionadas a serviços, demandam o uso do aparelho celular (26,88%). Assim, possuem algum tipo de telefone 59,14% dos entrevistados. Apesar de todo o incentivo ao consumo desse bem, ainda é grande a porcentagem dos moradores que não possui nenhum tipo de telefone (40,86%).

Como as ruas não têm nome e as casas não possuem números, não existe entrega domiciliar de correspondência. A caixa comunitária, utilizada por 23,66% dos moradores, fica no bar do Seu Zé, que era presidente de uma das duas associações do local. A maior parte da população dirige-se diretamente aos postos de correio (46,24%). O serviço a domicílio (3,23%) restringe-se à rua principal Airton Senna, no trecho que está legalizada. Apesar de terem vindo quase todos do Planalto e do Oeste Catarinenses, onde ainda residem familiares e amigos, 25,81% não utilizam o serviço de correspondência.

As condições de higiene: coleta de lixo e esgoto.

A coleta é feita através de um caminhão da Comcap que recolhe o lixo em alguns pontos ao longo da via principal, onde existem alguns latões ou lixeiras, cujas dimensões são insuficientes para o armazenamento necessário. As pessoas têm que levar o lixo até esses locais, decidindo a periodicidade que lhe interessa, o que não coincide com o ritmo da coleta pública. Existem, então, duas opções: ou o lixo fica acumulado nesses locais coletivos ou nos próprios terrenos. O lixo é um grande inimigo das crianças, pois dissemina doenças. Terrenos pequenos obrigam as crianças a disputarem o espaço da brincadeira com esses depósitos. Nas ruas ou nos terrenos baldios, os detritos alimentares ou o lixo reciclável espalham-se, contribuindo para a deterioração do espaço comunitário.

A falta de infra-estrutura do bairro interfere negativamente na qualidade dos terrenos, transferindo para estes as estruturas de serviços básicos que o bairro deveria assegurar. A maioria das habitações do Alto da Caieira (55,91%) possui fossa séptica, o que condiz, se tiverem funcionamento regular, com condições de higiene aceitáveis. Porém, ainda há muitas casas que fazem uso da fossa negra ou do esgoto a céu aberto, somando ao todo 43,01% do total de casas entrevistadas. Estas pessoas convivem diariamente em contato direto com o solo degradado, o que aumenta o perigo de contágio e disseminação de doenças.

O esgoto jogado a céu aberto invade terrenos vizinhos, dependendo da declividade do terreno. É causa de desavenças entre vizinhos, assim como o lixo queimado ou depositado, que pioram as condições sanitárias locais.

Os serviços urbanos e a vida comunitária. .

Ao lado da insuficiência da infra-estrutura urbana, agravada de forma deliberada para uma população considerada indesejada, existe, mesmo assim, a melhoria do acesso a serviços urbanos comparativamente aos locais de origem. A população que migra das áreas rurais, além da oportunidade de emprego, almeja melhores condições de vida, ou seja, poder ter acesso à escolaridade e aos serviços de saúde principalmente.

As escolas freqüentadas são as mais próximas, principalmente para as crianças mais novas. As creches utilizadas encontram-se no centro e no Monte Serrat. A Escola Lúcia do Livramento Mayvorme, apesar dos perigos que apresenta, por estar em área freqüentemente assediada por traficantes, ainda recebe o maior número de estudantes do local (48,39%), sendo seguida pela Escola Getúlio Vargas no Saco dos Limões (33,87%). O reconhecimento da qualidade atrai parte da população para o Simão Hess na Trindade (6,45%). A maior parte da população se considera sendo beneficiada por um ensino de qualidade (72,58%) ou ao menos regular (17,74%). Poucos julgam ruim o ensino que recebem nas escolas do Morro ou das redondezas (9,68%). A escola é a possibilidade de criar alternativas para jovens e crianças que são seduzidos pelo tráfico de drogas. À desproteção familiar (pais desempregados, traficantes, pais sem oportunidades e com problemas de sobrevivência...) corresponde a esperança de poder criar uma alternativa própria de inserção social.

As premências de saúde são atendidas pelo serviço público de saúde. A quase totalidade do atendimento é feita no Posto de Saúde do Monte Serrat (67,03%), seguido pelo Saco dos Limões (17,58%) ou da alternância dos dois (4,40%). Hospital Universitário da UFSC e Hospital Infantil atendem casos considerados menos corriqueiros. Poucos possuem convênio privado para atendimento médico (1,09%). A população fica satisfeita com os serviços que são oferecidos, o que significa que os profissionais fazem o melhor possível, apesar da falta de investimentos públicos e das péssimas condições de trabalho no setor.

Consideram o atendimento de boa qualidade 63,64% dos entrevistados e 21,59% acham que os serviços são regulares, ou seja, 85,22% se sentem amparados de alguma forma frente às necessidades de respostas em relação à saúde de seus familiares. Somente 14,77% não estão satisfeitos com os serviços oferecidos, muitas vezes, associado a algum atendimento específico. A resposta a esse item está freqüentemente associada ao atendente que executou o serviço.

Entre tiros e mortes, sobra o desamparo....

As inúmeras solicitações para o aumento da segurança pública nos morros ficaram sem resposta. O medo toma conta das crianças que vão para a escola e não querem voltar para casa ou que nem ao menos querem sair de casa com destino à escola. As noites dormidas no chão testemunham o convívio com as balas que se dispersam entre as casas e as vielas do morro. Não há segurança (65,59% dos casos) ou é esporádica (13,98%), acontece por um curto período, quando existe pressão da comunidade frente ao poder público, geralmente após a sucessão de acontecimentos trágicos.

Se existem desagregadores da vida comunitária, são certamente a insegurança e o medo. A comunidade busca alternativas para impedir a expansão do tráfico de droga, o que é dificultado pela obstinação do Estado em se ausentar de sua tarefa quando se trata de populações carentes.

Mas ainda restam os vizinhos e amigos.

Grande parte das pessoas entrevistadas considera que seus vizinhos são próximos (63,44%) ou conhecidos (31,18%). Somente 5,38% dos entrevistados não se relacionam com os vizinhos. O fato de ser uma população de recém-chegados e de possuírem vínculos de parentesco ou de amizade no morro provoca complexas relações de apoio e de identidade.

Muitos vieram se instalar em Florianópolis à procura de emprego e de melhor qualidade de vida, mas tiveram a escolha do local facilitada, por já possuírem relações de amizade ou de parentesco no Maciço Central. Assim, a instalação fica facilitada e a vida de relações permanece, pela transferência de vínculos anteriores.

Os que chegam sem qualquer conhecimento prévio não ficam abandonados. Por poderem sentir a fome do outro, a população local acaba socorrendo aqueles que estão ainda se instalando. Embora existam disputas, principalmente entre os interessados em presidir as associações locais, a comunidade local começa a se organizar para reivindicar alguns benefícios para o Morro. Recuperam, assim, a auto-estima quando se colocam na posição de portadores de direitos.

O relacionamento entre os membros da comunidade ocorre de forma contraditória. Submetidos a todo tipo de pressão por parte dos partidos políticos e dirigentes locais, os moradores oscilam entre a desconfiança e o oportunismo. Os discursos variados e sedutores confrontam-se com a dúvida, decorrente da percepção da desigualdade entre interlocutores. No entanto, a identidade das condições impostas, a proximidade dos problemas e a necessidade quase cotidiana de ajuda mútua contribuem para uma aproximação entre os moradores.

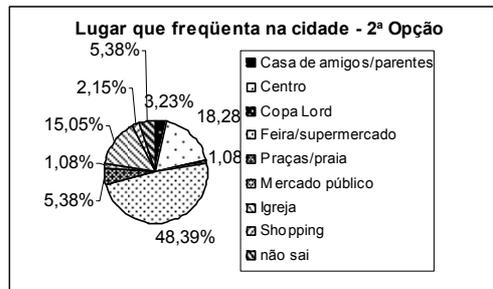
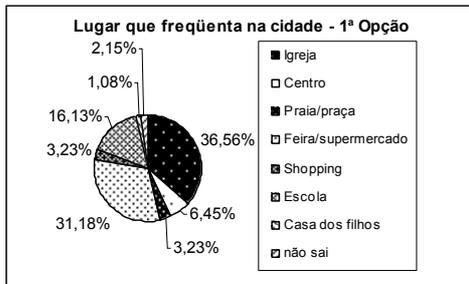
A cidade distante.

Apesar de espacialmente localizados no interior do centro urbano, os moradores do Alto da Caieira quase não participam da vida da cidade. Utilizam-se dos serviços mais indispensáveis e não pensam na cidade como lugar de lazer ou de encontro.

A Igreja aparece como a primeira opção de freqüentação (36,56%), seguida dos supermercados ou das feiras (31,18%), e pelas escolas (16,13%). Num primeiro questionamento somente 6,45%

lembram do centro urbano, apesar de sua proximidade ter sido citada como a grande vantagem de se residir no Maciço Central. Utilizam o centro como ponto de passagem para o local de trabalho, mas mesmo assim, não se consideram indo ao centro, mas se utilizando dele, já que não há desfrute nessa relação. O centro começa a ter peso a partir do segundo fator lembrado (18,28%) e ganha importância na terceira posição (23,65%) ficando sempre abaixo das compras de abastecimento (48,39% e 43,01%).

A praia e a praça, locais que deveriam caracterizar a participação na vida da cidade, aparecem vagamente em primeira opção (3,23%) e sobem lentamente (5,38%) em segunda opção. Mesmo como terceira opção, sua participação é diminuta na vida das populações do Alto da Caieira (12,9%), com certa predominância pela praia (8,6%) sobre a praça (4,3%). Florianópolis é uma cidade destituída de locais de uso público. Somente a praia, que foi dada naturalmente, oferece alguma possibilidade de recreação. A área central herdou, historicamente, algumas praças, que são praticamente as únicas na cidade. Elas não oferecem, no entanto, grandes atrativos. As crianças ficam restritas aos jogos de rua ou a brincarem nos pequenos terrenos que circundam as casas.



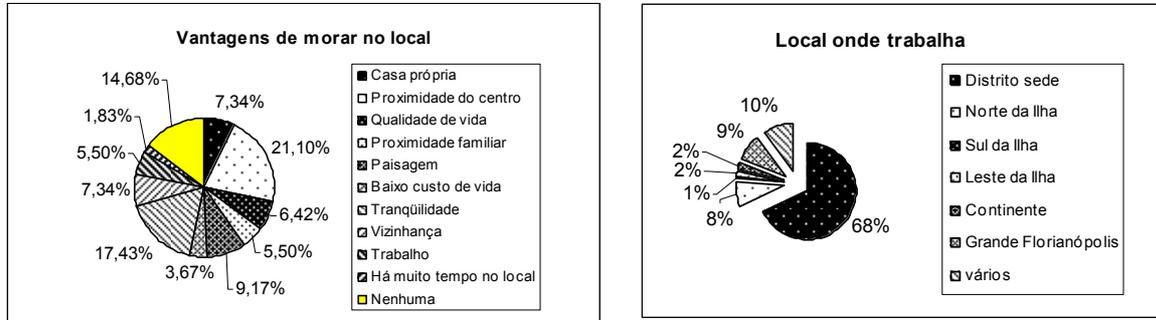
Além de não oferecer atrativos para o uso da rua ou dos poucos lugares públicos, existe uma barreira invisível de segregação, com a formação de códigos de comportamento e de signos que inviabilizam o convívio social. Essa consolidação cultural talvez seja o meio mais sutil e mais efetivo de afastar os pobres da vida urbana. Em muitos lugares da cidade, a população mais carente não se sente *à vontade*. Tal é o caso, entre outros, dos *shoppings-centers*, onde os moradores do Morro manifestam-se com a sensação de indesejados. Os sistemas de segurança, assimilam mais facilmente os códigos culturais, a triagem sendo feita pelos signos de renda.

Os jovens do Morro reúnem-se nas noites dos finais de semana nos bares dentro do Morro. Não se integram à vida da cidade. A relação com a cidade é somente utilitária. A vida da população do Maciço fica, assim, circunscrita ao Morro.

Vantagens locais: Proximidade do centro, casa própria e baixo custo de vida

Alguns moradores não encontram qualquer vantagem em morar no Alto da Caieira, considerando-se vítimas da falta de opção. No entanto, essa parcela é minoritária (14,68%). A maior parte encontra prazer em residir no local. A pergunta foi feita de forma aberta e alguns moradores apresentaram mais de uma resposta. Todos os fatores assinalados foram considerados, o que resulta em mais indicações do que entrevistados.

Entre aqueles que têm algum tipo de satisfação em morar no Alto da Caieira, destaca-se a proximidade do centro como fator determinante nas vantagens de se residir no Maciço Central, tendo sido apontado por 21,10% das respostas.



Alguns (5,50% dos casos) destacam a possibilidade de encontrar trabalho como uma vantagem de residir no local. A acessibilidade ao trabalho poderia ser compreendida mais como razão da migração para a cidade do que na localização no Morro. No entanto, a possibilidade de trabalhar poderia aqui ser entendida como facilidade de acesso ao centro urbano e, conseqüentemente, aos transportes públicos e mesmo à oferta de emprego. A maior parte da população trabalha no distrito sede (68%), próximo a este (2% na Barra da Lagoa, Lagoa., ou seja, no leste da ilha) ou se utiliza do transporte que parte do centro para o continente ou para os diversos lugares da ilha.

O acesso à casa própria (7,34%) e o baixo custo de vida (3,67%) estão certamente relacionados à qualidade de vida (6,42%). Tendo em vista que a falta de serviços e de infra-estrutura é uma reclamação constante da população local, a qualidade de vida aqui referida deve-se aos pontos positivos assinalados, como o acesso à casa própria (que implica num baixo custo de vida) e à localização central privilegiada. A proximidade de familiares (5,50%) e a vizinhança (7,34%) permitem criar laços de convivência e, certamente, contribuem para a satisfação local. A proximidade – do centro, de amigos e familiares – é fator de fixação, o que pode criar fortes vínculos com o espaço local.

Fruir da paisagem local

Tornou-se comum pensar que os pobres devem estar restritos às necessidades mais imediatas de reprodução da vida. Estes, no entanto, obstinam-se em preservar e cultivar sua capacidade de buscar o deleite estético. Assim, sem ter sido induzida em nenhum momento, a paisagem (9,17%) aparece como uma vantagem de se morar no Alto da Caieira. Talvez essa inserção seja responsável pelo sentimento de tranquilidade local (17,43%). Habitar no interior de uma área ainda verde, inserida no centro urbano, próxima aos serviços que a cidade pode oferecer e, ainda, com uma vista de toda a baía sul, do centro histórico e dos bairros residenciais faz do Alto da Caieira, certamente, um dos lugares mais bem localizado da Ilha de Santa Catarina.

Tranquilidade e criminalidade.

A sensação de tranquilidade presente no Alto da Caieira, não se deve, certamente, ao fato dos moradores se sentirem amparados em relação à segurança. A criminalidade e a falta de segurança são responsáveis por 29,93% das respostas sobre as desvantagens de se morar no local. Muitos

tiroteios e mortes têm ocorrido e se intensificado nos últimos meses, o que mostra uma diferença entre os questionários respondidos inicialmente. A questão da segurança começa a aparecer prioridade. Associadas ao tráfico de drogas, 150 mortes ocorreram em 2002, quase o dobro em 2003. Os tiroteios difundem o medo entre crianças que se recusam a ir ou a voltar das escolas, que recebem os filhos de pais assassinados. Difícil conjugar aprendizado e resolução de tão sérios problemas cotidianos.

Sem ruas transitáveis, sem água, sem nada ...

Apesar de ter apresentado níveis surpreendentes de mortes ligadas ao crime organizado, a falta de infra-estrutura (29,93%) e serviços no local (8,84%), aparecem em primeiro plano entre os problemas apontados, com destaque especial para a precariedade dos acessos públicos para se atingir as residências (24,49%). Assim, 63,27% das respostas estão voltadas para a ausência dos serviços mínimos que deveriam ser supridos pelo Estado. A falta de espaços públicos e de lazer (3,40%) também está presente nas preocupações dos residentes. As causas desses problemas são, no entanto, lembradas somente por uma minoria, ou seja, a falta de cuidado e de auxílio das autoridades municipais.

Os moradores do Maciço, acostumados que estão a uma inserção subalterna e submissa na pirâmide social reconhecem para si mesmos poucos direitos, talvez os mais evidentes. O nível de satisfação é muito superior à própria qualidade dos serviços oferecidos, acostumados que estão com as extensas filas, atendimentos precários, baixa qualidade dos serviços públicos oferecidos. O nível de satisfação com a escola, por exemplo, não deixa transparecer ao entrevistador as suas reais condições de funcionamento, quando os estudantes ficam frequentemente sem aulas - que não são repostas - pela ausência dos professores que consideram este trabalho no Morro um estágio temporário pelo qual são obrigados a passar, visando conseguir um emprego melhor. As condições impostas aos professores são desestimulantes e sem perspectivas, por isso, o caráter de transitoriedade interfere profundamente no engajamento profissional e na qualidade de ensino. As creches públicas satisfazem a um número irrisório da demanda que acaba por se dirigir a estruturas informais totalmente desqualificadas para esse tipo de atendimento. Um ou mais cômodos de um barraco abriga crianças que ali permanecem durante todo o dia, sem sol, sem iluminação ou ventilação adequadas, sem jogos correspondentes às idades de desenvolvimento e com baixa qualidade alimentar.

O Hospital Universitário (HU) da Universidade Federal de Santa Catarina, quase sem verbas federais, atende populações de todo o Estado de Santa Catarina que se deslocam para o tratamento de doenças que simplesmente vão além do nível ambulatorial. Apesar de sua excelência e desempenho do quadro técnico, no HU os pacientes são muitas vezes atendidos nos corredores, faltam medicamentos e instrumentos de trabalho, metade das instalações hospitalares estão fechadas pela ausência de recursos para equipamentos, como ocorre em todo o país.

Apesar do descaso a que estão submetidos, os moradores do Maciço consideram-se satisfeitos com os serviços públicos. A que se deve essa percepção? Algumas hipóteses podem ser aventadas. A possibilidade da utilização desses serviços de saúde e educação, mesmo precários, é percebida como uma vantagem e uma melhoria trazida pelas condições de vida urbana. Acostumados que estão a processos de exclusão, os moradores dos morros não se reconhecem

como portadores de direitos e, assim, seu nível de exigência adapta-se às condições socialmente estabelecidas.

Desigualdade agravada em nome da preocupação com a pobreza.

Ultrapassado o período ditatorial, esperou-se que o Brasil fosse rumar no sentido da constituição de uma nação com um projeto de desenvolvimento, voltado à diminuição das desigualdades sociais. Os sucessivos governos da década de 90 empenharam-se, no entanto, na inserção submissa aos desígnios do capital financeiro internacional, promovendo processos de transferência patrimonial das empresas estatais (as privatizações), uma política centrada em juros elevados e controle do câmbio, estagnação econômica, desemprego e empobrecimento generalizado da população rural e urbana. (TAVARES, 1999) Se os grandes fluxos migratórios nacionais anteriores, sobretudo das décadas de 60 e 70, corresponderam a ciclos expansionistas da economia brasileira, os anos 80 de indecisão governamental e estagnação econômica foram sucedidos pela perversa abertura indiscriminada dos mercados aos produtos importados e pelo sucateamento do patrimônio e escoamento da riqueza nacionais, no sentido de promover os ajustes necessários ao pagamento dos credores internacionais. A substituição de uma política tecnológica e industrial pelo empenho exportador promove a concentração da propriedade fundiária ligada ao *agrobusiness*, urbanizando populações sem a correspondente geração de empregos. A cidade torna-se o pior dos mundos. Combina, agora, expulsão do mercado de trabalho e falta de assistência governamental, devido à criação simultânea da necessidade e da carência de serviços públicos. O Estado promove a exclusão social pela adoção de políticas econômicas concentradoras, mas também, pelo abandono do seu papel de promotor de políticas de bem-estar social que, mesmo precariamente implantadas, eram reconhecidas como sua responsabilidade. Agora, tudo deve ficar submetido à lógica de mercado, exatamente no momento da diminuição acentuada da parcela de população que se constitui em demanda efetiva, devido à redução da massa salarial e do emprego. Os recém-chegados inserem-se precariamente em empregos cada vez mais temporários e instáveis, dependentes que são da renda declinante das classes médias urbanas. O tempo de instalação prolonga-se sem previsão: a casa inacabada, a escola sem professores, o serviço de saúde adiado e o emprego esperado que não chega. A perversa política governamental de substituição dos direitos à cidadania por medidas assistencialistas faz-se acompanhar de procedimentos municipais de exclusão. Sob o argumento de proteção às áreas de preservação permanente, a Prefeitura de Florianópolis impede novos acessos aos serviços de energia elétrica o que, vindo somar-se à falta de abastecimento de água, torna regressivas as condições de vida nos Morros Centrais. Ao aumento das migrações dos colarinhos brancos e das classes médias metropolitanas, fugindo da criminalidade urbana na década de 90, corresponde o outro lado da realidade: a tendência da exclusão ao absoluto. Talvez, aqui, resida a verdadeira violência urbana, todas as demais podem ser daí decorrentes.

Bibliografia

BOLAFFI, Gabriel. *Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema*, **Ensaio de Opinião**, Rio de Janeiro, 1975.

BOLAFFI, Gabriel. *Para uma nova política habitacional e urbana: Possibilidades econômicas, alternativas operacionais e limites políticos*", in Valladares, Licia do Prado (org.). **Habitação em questão**. Rio, Zahar, 1980.

- BUSS, Maria Dolores *et alii*. **A pesquisa num projeto de extensão: o Plano comunitário de urbanização e preservação do Maciço Central de Florianópolis**. In: V Encontro Nacional da Anpege, Gestão do Território e do Ambiente no Brasil: Desafios à formação e à pesquisa em geografia no ensino superior, Florianópolis, 2003, p.871-879.
- CLAVAL, Paul. **Logique des Villes**. Paris: Litec, 1983.
- FLAMAND, Jean-Paul. **Loger le Peuple**. Paris:La Découverte, 1989
- GOTTDIENER, Mark. **A Produção Social do Espaço Urbano**. SP:USP,1993.
- HARVEY, David. **A Justiça Social e a Cidade**. SP: Hucitec,1980.
- HARVEY, David (1989). **Condição Pós-Moderna**. SP: Edições Loyola,1992.
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. SP: Ed. Documento, 1969.
- LEFEBVRE, Henri. **La Révolution Urbaine**. Paris: Idées, Gallimard, 1970.
- LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.
- MÜLLER, Gláucia R. R. **A influência do urbanismo sanitaria na transformação do espaço urbano de Florianópolis**. 2002. Dissertação (Mestrado), Geografia, UFSC
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão Dualista – o Ornitorrinco**. SP:Boitempo, 2003
- PIMENTA, Luís Fugazzola;. & PIMENTA, Margareth C.A. **Exclusão política e segregação sócio-espacial: o caso do Maciço Central de Florianópolis**. In: Seminário Nacional de Impactos Sócio-Ambientais Urbanos: Desafios e Soluções, I, Curitiba, 2002a, p.1162-1171.
- PIMENTA, Luís Fugazzola;. & PIMENTA, Margareth C.A. **Políticas públicas e segregação sócio-espacial: o caso do Maciço Central em Florianópolis**. In: Encontro Nacional da ABEP, Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Violências, O Estado e a Qualidade de Vida das Populações Brasileiras. Ouro Preto, 2002b, cd-rom.
- PIMENTA, Luís Fugazzola;. & PIMENTA, Margareth C.A. . **Migrantes da pobreza. Políticas públicas e inserção precária em Florianópolis – SC**. In: V Encontro Nacional da Anpege, Gestão do Território e do Ambiente no Brasil: Desafios à formação e à pesquisa em geografia no ensino superior, Florianópolis, 2003, p.3336-3345.
- SANTOS, SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: os dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. RJ: Francisco Alves, 1979.
- SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. SP: Nobel, 1987.
- SCHEIBE, L.F. & BUSS, M.D. **Fórum das Comunidades do Maciço Central de Florianópolis: Comissão de Meio Ambiente e a percepção de moradores**. In: Seminário Nacional de Impactos Sócio-Ambientais Urbanos: Desafios e Soluções, I, Curitiba, 19-22/06/2002, p. 1140-1150.

TAVARES, M. da Conceição. **Destruição não-criadora: memórias de um mandato popular contra a recessão, o desemprego e a globalização subordinada.** Rio de Janeiro. Record, 1999.

VALLADARES, Licia do Prado (org.). **Habitação em questão.** Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo.** RJ. Editora Vozes, 2002.